



CANTAGALO: VALE DA ESCRAVATURA E DAS GRANDES FAZENDAS

Nilma Teixeira Accioli¹

Resumo: A cidade de Cantagalo, localizada na região centro fluminense, estava, na segunda metade do século XIX, no auge da expansão da lavoura cafeeira. A população escravizada, com o predomínio de africanos centrais, lidava com as mudanças do período: desde conviver nas lavouras com o trabalhador imigrante a enfrentar feitores e senhores. O final do século XIX, com a abolição da escravatura e a decadência da lavoura cafeeira, apresentou a essa população, novas perspectivas.

Palavras-chave: Cantagalo; Lavoura; Escravidão; Convivências; Enfrentamentos.

CANTAGALO: SLAVE VALLEY AND LARGE FARMS

Abstract: In the second half of the 19th century, the city of Cantagalo, located in fluminense center, was at the height of the expansion of coffee farming. The enslaved population, with the predominance of central africans, dealt with the changes of the period: from living in the fields with the immigrant worker to facing overseers and masters. The end of the 19th century, with the abolition of slavery and the decline of coffee farming, presented this population with new perspectives.

Keywords: Cantagalo; Agriculture; Slavery; Coexistences; Coping

CANTAGALO: VALLE ESCLAVO Y GRANDES GRANJAS

Resumen: La ciudad de Cantagalo, ubicada en el centro fluminense, estaba, en la segunda mitad del siglo XIX, en el apogeo de la expansión de la producción de café. La población esclavizada, con predominio de los africanos centrales, se ocupó de los cambios del período: de vivir en el campo con el trabajador inmigrante a enfrentarse a supervisores y amos. El final del siglo XIX, con la abolición de la esclavitud y el declive del cultivo del café, presentó a esta población con nuevas perspectivas.

Palabras clave: Cantagalo; Cultivos; Esclavitud; Convivência; Afrontamiento.

¹ Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-doutora pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ); Pesquisadora Associada do Programa Avançado de Cultura Contemporânea(PACC/UFRJ). E-mail: amlinaccioli@hotmail.com



CANTAGALO : VALLÉE DES ESCLAVES ET DES GRANDES EXPLOITATIONS

Résumé : La ville de Cantagalo, située dans le centre fluminense, était, dans la seconde moitié du XIXe siècle, à l'apogée de l'expansion de la culture du café. La population asservie, avec la prédominance des centrafricains, a dû faire face aux changements de la période : de la vie dans les champs avec le travailleur immigré à la confrontation des surveillants et maîtres. La fin du XIXe siècle, avec l'abolition de l'esclavage et la décadence de la culture du café, ouvre à cette population de nouvelles perspectives.

Mots-clés : Cantagalo; Agriculture; Esclavage; Coexistences; Faire face.

INTRODUÇÃO

A cidade de Cantagalo, no interior fluminense esteve, no século XVIII, associada à exploração do ouro. Entretanto, nas primeiras décadas oitocentistas, Cantagalo enfrentou a decadência da exploração aurífera e, na região da parte oriental do rio Paraíba,² passaram, então, várias fazendas, a se dedicarem à policultura. O trabalho escravo era utilizado, mas havia também a presença de colonos, especialmente suíços e portugueses.

Hermann Burmeister, viajante que percorreu, em 1850, de Nova Friburgo até Cantagalo, destacou que, nas primeiras décadas do século XIX, chegaram à localidade colonos suíços e, mais tarde, os alemães da província do Reno: “a vida dos colonos era bem pobre no começo e mesmo hoje em dia poucos há que se possam considerar em boa situação” (Burmeister, 1980, p.115). O viajante observou que o caminho de Nova Friburgo até Aldeia de Pedra, atravessando Cantagalo, “passa por uma região muito industriosa e propicia a cultura do café; aí se encontram as mais vastas e ricas fazendas” (Burmeister, 1980, p.151). Na segunda década do século XIX, o café passou a ser cultivado ali em *plantations*, e o maior proprietário da região era Antonio Clemente Pinto, 1º barão de Nova Friburgo.³

Ao chegar na “rica e tão falada cidade de Cantagalo”, Burmeister encontrou, na rua principal, belos edifícios, uma igreja, a praça do mercado e, mais adiante, em um

² Queiróz (1950, p. 197), analisando comunidades agrárias, explica sobre o Vale do Paraíba: “estendo-o a tóda a região que esse rio atravessa onde se tenha plantado café”.

³ O barão de Nova Friburgo chegou ao Brasil em 1821, trabalhou em uma loja na cidade do Rio de Janeiro, mas, através do seu envolvimento com o tráfico de africanos, conseguiu formar imensa fortuna.



estreito vale, um grupo numeroso de casas. Segundo o viajante, a cultura do café trouxe a riqueza para a localidade: Cantagalo era o eldorado do café. Com o objetivo de conhecer uma das maiores fazendas de café do Brasil, procurou a propriedade do barão de Nova Friburgo, que lhe havia fornecido uma carta de recomendação para ser entregue a seu sócio, Jacob Von Erben,⁴ em Cantagalo:

Sócio do sr. Clemente, havia vários anos, administrava-lhe todos os negócios e encontrava-se à testa de uma empresa de produção, que rivalizava com as primeiras do gênero no Brasil e colocava-se à altura das suas congêneres europeias. O produto principal era o café; explorava-se, ainda, todos os demais ramos da agricultura, para o abastecimento da fazenda e seus habitantes. Também o ouro, em minas próprias (BURMEISTER, 1980, p.154).

A produção agrícola diversificada, destacada por Burmeister, foi impulsionada pelo trabalho conjunto de escravos e colonos. Durante o apogeu das lavouras cafeeiras, havia uma corrente imigratória de portugueses para Cantagalo, direcionada pelo barão de Nova Friburgo e seu sócio Jacob Van Erven.⁵ Um exemplo é o contrato de locação de serviços, assinado em 27 de janeiro de 1860, na cidade do Porto, Portugal, entre Manoel Joaquim Pinheiro, procurador da firma social Clemente & Van Erven, do barão de Nova Friburgo e do comendador Jacob Van Erven, identificados na procuração como “fazendeiros nos termos de Cantagallo e S. Fidelis, província de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Império do Brasil” (MOREIRA, 1862, p.187).

O português Manoel Antonio Quartilho, contratado pela Clemente & Van Erven, era casado, agricultor, da freguesia de Matozinhos, no Porto, e viria como colono, por conta da firma. Pelo contrato, a firma fornecia as passagens até o Rio de Janeiro, pela quantia de 37\$500 fortes, e a condução, gratuitamente, das bagagens até a fazenda. O contratado recebeu um adiantamento, para as despesas de passaporte e hospedagem até o embarque e, durante o período em que o contrato de trabalho estivesse em vigor. Os contratantes pagariam despesas com remédios, mas o colono deveria “preencher tantos dias de trabalho, quantos aqueles em que estiver doente” (MOREIRA, 1862, p.187).

⁴ O sobrenome de Jacob aparece, em diferentes documentos, como Von Erben ou Van Erven.

⁵ Segundo o inventário de Jacob Von Erven, as fazendas em sociedade com o barão de Nova Friburgo eram Águas Quentes, Boa Fé, Santa Clara do Macucu, São Martinho, Potósi, São Bartolomeu e Boa Fé. Ver: Barbosa, 2013. Entretanto, nos registros de óbitos de escravos, pesquisados em Cantagalo, a Fazenda Gavião consta na sociedade.



Seriam fornecidas três alimentações diárias, roupa de cama e roupas pessoais. Entretanto, todos esses “benefícios” tinham preço:

Será descontado ao segundo outorgante metade de seus vencimentos mensais para amortização de sua passagem, bem como dos adiantamentos, sem mais descontos algum de premio ou juros, e sem que os seus serviços possam ser cedidos a outrem sem o seu consentimento (MOREIRA, 1862, p.187).

Os colonos recebiam a responsabilidade sobre determinada quantidade de pés de café, realizavam o trabalho ao lado dos escravos. Desse modo, na segunda metade do século XIX, algumas propriedades de Cantagalo utilizavam, simultaneamente, imigrantes portugueses e escravos, para o trabalho nas lavouras cafeeiras.

A presença de escravos era antiga na região, desde a época da mineração, e foi impulsionada nas *plantations* da segunda metade do século XIX. Como observou Burmeister, cada cativo podia cuidar de 1.000 pés de café. Duas propriedades do barão de Nova Friburgo, a Santa Rita e Areias, foram descritas pelo viajante europeu: a Santa Rita tinha 250 escravos, produzia 400 arrobas diárias de grãos de café limpo que resultavam em 15.000 arrobas anuais. A fazenda Areias, que era um pouco menor que a anterior, possuía 245 escravos. A estrutura das propriedades incluía administradores, médicos, capatazes, artesãos responsáveis pela manutenção das máquinas e demais atividades de apoio: “O preto serve apenas como lavrador, saindo de manhã para a roça e voltando ao pôr do sol” (BURMEISTER, 1980, 156).

Burmeister que, impregnado pelas teorias racistas do século XIX, achava o negro repugnante, afirmava que “os negros têm algo de ridículo, que faz pensar na sua inegável aproximação da natureza do macaco” (BURMEISTER, 1980, p.74). Entretanto, relatou detalhes das condições de vida dos escravizados na fazenda da “Clemente & Von Erben” e teve várias conversas com Jacob Von Erben sobre a situação dos cativos. De acordo com o viajante, as roupas, dos homens, calças e camisas brancas, e das mulheres, saias azuis e blusas brancas, eram dadas pelo senhor, lavadas em grandes lavanderias e, depois de secas, entregues novamente aos escravos. Provavelmente, esse processo de lavar as roupas e o preparo da alimentação envolvia outros escravos. Sobre os alojamentos disse:



Em cada fazenda, encontramos pavilhões compridos, com andar térreos apenas separados em cubículos de 8 a 10 pés de largura, tendo cada um sua saída para o pátio. É lá que moram os escravos; os casados, juntos num cubículo, os solteiros, 2 ou 3 em cada peça, os homens separados das mulheres. Em geral, há pavilhões separados para os homens e as mulheres. Os escravos não possuem casa nem cozinha própria, a não ser os que têm filhos. Estes recebem os mantimentos necessários. Mas, em geral, não se admitem os casamentos, e as relações sexuais entre os escravos são destituídas de seriedade (BURMEISTER, 1980, p.156).

Desse modo, o viajante europeu, reproduzindo as idéias preconceituosas, não conseguiu perceber que as relações familiares, entre os cativos, estavam intimamente relacionadas situações opressivas impostas pelo cativo. Os atritos inseriam desde rompimento de laços familiares— pela possível revenda— até assassinatos e suicídios. Em 1886, o presidente da província do Rio de Janeiro, Antonio da Rocha Fernandes Leão, apresentou o seu relatório na Assembléia Legislativa. No documento, Fernandes Leão ressaltava os inúmeros casos de assassinatos envolvendo escravos. Embora esses acontecimentos não fossem novidade, podemos considerá-los, especialmente em Cantagalo, como reflexos das tensões das últimas décadas do cativo na região inserida no que Louis Couty denominou como “vale da escravatura e das grandes fazendas” (Couty, 1984, p.388).

O CATIVO EM CANTAGALO

Em 1872, devido à promulgação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, a “Lei do Ventre Livre”, foi aberto, na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, um livro específico para registro de óbito dos filhos das mulheres escravas. Nos livros de óbitos de escravos em Cantagalo, anteriores à lei de 1872, encontrei poucos registros de casais. Entretanto, um elevado número de escravos, homens e mulheres, constam como solteiros e, no caso das crianças, majoritariamente, aparecem apenas o nome da mãe. No período de 1872 a 1875, foram feitos um total de 128 registros de óbitos, e apenas dois casos são de “filhos legítimos”: Julieta, falecida em 6 de fevereiro de 1873, preta, com um ano de idade, filha legítima de Miguel e Andieza, escravos de Pedro



Celestino da Silva Peres.⁶ O outro caso foi de Eliziaria, falecida em 1 de julho de 1873, parda, com dois meses, filha legítima de Caetano e Luiza, escravos de Augusto de Souza Brandão,⁷ que aparece em vários registros anteriores como proprietário de outras mulheres que tiveram seus filhos identificados como “filho natural”. Assim, nos registros pesquisados, 98% das crianças são identificadas apenas pelo nome da mãe, o que não significa que não existiam relações estáveis. Sobre os casamentos de escravos, Clovis Moura comenta, em relação à cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, que: “o custo da cerimônia desencorajava até mesmo os livres e libertos a se casarem. Os escravos que não podiam pagar o casamento e aqueles cujos senhores se recusavam a custeá-los tinham que apelar para a união consensual” (Moura, 2004, p. 93). Possivelmente, o mesmo deveria ocorrer nas fazendas cafeeiras de Cantagalo.

Entretanto, consultando os dados sobre a população escravizada em Cantagalo, observamos que havia uma predominância de africanos centrais. Robert Slenes destaca que, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o Brasil recebeu um enorme contingente de africanos, especialmente o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e: “quase a totalidade dos escravos trazidos para esta região provinha de “Angola”... (isto é, dos portos de Luanda e Benguela, nessa ordem) ” (Slenes, 1991/1992, p.55). Ainda segundo o autor, depois de 1810, o tráfico na região, que Karasch designou como “Congo Norte”— da desembocadura do Rio Congo/Zaire até o Cabo Lopez e pontos ao norte, no atual Gabão —, cresceu muito, como também em Ambriz, ao norte de Angola, enquanto o de Benguela diminuiu. Por outro lado, no período iniciado em 1830, a exportação de escravos por Luanda teria diminuído e as saídas de Benguela, Ambriz e Congo Norte aumentaram. “Ao mesmo tempo, a partir da segunda década do século, o tráfico da África Oriental aumentou muito: entre 1820 e 1850, um quarto, ou mais, dos escravos trazidos para o Rio de Janeiro provinha dessa região” (Moura, 2004, p. 93). Slenes ressalta que: “Se a escravidão no Centro-Sul era africana, isto vale dizer que era bantu” (Moura, 2004, p.93). Em Cantagalo, isso ficava evidente em alguns registros de óbitos.

⁶ Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-CAN), Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo, registro nº 20, 1873

⁷ Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-CAN), Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo, nº 31, 1873.

**Tabela 1:** Registros de Óbitos

Nome	Falecimento	Dados
1-João Congo	12 de agosto de 1852	40 anos, novo, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
2-Paulo Congo	28 de dezembro de 1856	45 anos, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
3-Joaquim Moange	16 de abril de 1857	45 anos, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
4-Albino Moçambique	10 de junho de 1857	82 anos, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
5-Antonio Cabinda	10 de abril de 1857	66 anos, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
7-João Congo	8 de junho de 1859	50 anos, solteiro, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
8-Florianio	12 de novembro de 1859	35 anos, monjolo, escravo dos filhos de Narciso José Gomes
9-Domingos	26 de março de 1860	21 anos, mina, solteiro, escravo do dr. João (ilegível)
10-Roza	17 de abril de 1860	60 anos, benguela, pertencente à herança do finado Serafim Soares Dantas Brandão
11-Caetano Benguela	20 de outubro de 1860	65 anos, benguela, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
12-Marcolino	8 de dezembro de 1860	26 anos, nação mina, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
13-Francisco	15 de fevereiro de 1861	50 anos, nação moçambique, solteiro, escravo de Guilherme (ilegível)
14-Catharina	28 de março de 1863	35 anos, benguela, solteira, escrava da fazenda Bom Sucesso.
15-Manoel	14 de setembro de 1863	50 anos, benguela, solteiro, escravo da Clemente, Von Erben & Cia.
16-João	15 de setembro de 1863	60 anos, cabinda, solteiro, escravo de Augusto de Souza Brandão.
17-Laurentina	13 de outubro de 1863	33 anos, Angola, solteira, escrava de d. Mariana Machado Diniz
18-Jacinto	13 de dezembro de 1863	34 anos, moange, solteiro, escravo de Clemente, Von Erben & Cia.
19-Luiz	13 de dezembro de 1863	65 anos, benguela, solteiro, escravo de Clemente, Von Erben & Cia.
20-Paulo	19 de abril de 1864	45 anos, monjolo, solteiro, escravo da Clemente, Von Erben & Cia.
21- José Congo	17 de fevereiro de 1866	50 anos, escravo do major José Viveiro de Carvalho



22-Maria Francisca	23 de fevereiro de 1866	55 anos, rebolo, escrava de Clemente, Von Erben & Cia.
23- Caetano	27 de março de 1866	60 anos, moange, escravo da Clemente, Von Erben & Cia.
24- Vicente	14 de junho de 1867	52 anos, congo, solteiro, escravo da Clemente, Von Erben & Cia
25- Gonçalo	2 de junho de 1868	36 anos, congo, escravo da Clemente, Von Erben & Cia
26- Manoel	30 de agosto de 1868	60 anos, cabinda, escravo da Clemente, Von Erben & Sampaio Cia.
27- João	29 de abril de 1869	85 anos, moçambique, escravo da Clemente, Von Erben & Cia.
28- Maria	9 de junho de 1869	60 anos, conga, escrava de Guardui e Carvalho
29- Vicente	27 de junho de 1870	75 anos, cabinda, escravo da Clemente, Von Erben & Cia
30- Jerônimo	31 de dezembro de 1870	40 anos, congo, escravos dos herdeiros do finado João (ilegível)

Fonte 1: Arquivo Municipal de Cantagalo, Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo, nº 2, 1855-1883.

Nos óbitos ocorridos no período analisado, muitos dos escravos, especialmente os mais velhos, deveriam ser antigos na região. Porém, é interessante o caso de João Congo, falecido em 1852, aos quarenta anos e identificado como “novo”, levando-se em consideração que o tráfico intercontinental fora extinto, oficialmente, em 1850, o que pode ser um indício de sua presença recente no Brasil. Outros escravizados foram identificados como naturais de diferentes províncias, como Maranhão, Bahia e Minas Gerais, o que é compreensível, em uma fase em que o tráfico interprovincial era uma realidade. Hebe Mattos destaca que a expansão das lavouras de café, após 1850, encontrou no tráfico interprovincial a solução para o problema da mão de obra. Segundo a autora, tomando por base os processos-crimes, na Corte de Apelação, em que 257 escravos aparecem com réus ou testemunhas, os escravos crioulos, nascidos fora da região em que eram cativos e que representavam apenas 8% nos processos pesquisados até 1850, tornaram-se 35% nos anos seguintes, concentrados nas áreas cafeeiras em expansão, nos casos dos processos analisados especialmente em Cantagalo e S. Fidelis. Para Mattos, na primeira metade do século XIX, particularmente nas áreas cafeeiras, a “estabilidade possível na situação do cativo tende a se ampliar, reforçando a



integração familiar e cultural dos cativos com o processo de criouliização das novas aquisições a partir de 1850” (Mattos, 1999, p.106).

Entre 1850 a 1880, a Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo ostentou riqueza, devido aos lucros da produção cafeeira, o que justificava, inclusive, o prolongamento da estrada de ferro Cantagalo. No seu relatório, como presidente da província do Rio de Janeiro em 1870, o desembargador Diogo Teixeira de Macedo, afirmou:

A Estrada de Cantagalo há de vir a ser a principal artéria para o norte da província, atravessando os municípios, acima do litoral, cujos terrenos são férteis, e cujo principal producto é entretanto o único que pode vir ao mercado, e ainda assim onerado com grandes despesas de transporte, e sujeito a todos os inconvenientes das longas viagens e dos maos caminhos.⁸

As melhorias ferroviárias foram sentidas por sua majestade que, em 1876, percorreu essa próspera região cafeeira. D. Pedro II, acompanhado pela princesa Isabel e pelo conde d’Eu, foi recebido, no dia 25 de fevereiro, com banda de música na estação de Bom Jardim e, no dia seguinte, “de trolly”, os visitantes seguiram para a fazenda Areias, do barão de S. Clemente, e depois para a S. Clemente, de propriedade de Francisco Clemente Pinto. Durante todas as visitas, o imperador esteve acompanhado das ilustres figuras locais, especialmente o barão de Nova Friburgo e o fazendeiro Augusto de Souza Brandão, 2º barão de Cantagalo. À noite, o Imperador recebeu convidados, foi ao teatro e, no dia 27 de fevereiro, pela manhã, assistiu à missa na matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Após a missa, sempre escoltado pelos barões de Nova Friburgo e S. Clemente, partiu de trem, passando pelas fazendas Gavião e Macuco, de propriedade do conselheiro Paulino de Souza, onde recebeu homenagens.

Na organização das homenagens ao imperador, um dos fazendeiros mais atuantes foi o capitão José Lopes Martins, dono de duas fazendas com engenho e terreiro de pedra. Seu prestígio político era tanto, que conseguiu transferir a inscrição administrativa de sua fazenda Pouso Alegre, na freguesia de S. Sebastião do Alto, município de Santa Maria Magdalena, porque: “suas relações civis e eclesiásticas são

⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Sessão extraordinária pelo presidente, desembargador Diogo Teixeira de Macedo, 2 de abril de 1870. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870, p. 11.



com a freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo”,⁹ onde possuía a fazenda Aldeia. José Lopes Martins fez parte do Conselho Diretor do Partido Conservador local e era muito ligado ao barão de Cantagalo, Augusto de Souza Brandão, presidente da Câmara Municipal.

A visita do imperador, justamente durante o sucesso da safra de 1875, foi marcada pelo luxo das recepções. A prosperidade obtida com o café permitiu grande prestígio aos fazendeiros da região, capitaneados pelo barão de Nova Friburgo, que, segundo Taunay (1945), tinha em seu palacete, na Fazenda do Gavião, além de estrada de ferro própria, que atravessava 80km de suas terras, um sistema de rede telegráfica que ligava todas as suas fazendas. O barão chegou a possuir um total de quase dois mil escravos:

Tabela 2: População escrava nas fazendas do 1º Barão de Nova Friburgo

Fazendas	Escravos em 1883	Ingênuos
Areas	289	81
Santa Rita	274	80
Boa Sorte	147	47
Boa Vista	152	17
Jacutinga	156	20
Itaoca	97	23
Aldeia	203	41
Gavião	170	38
Cafés	108	20
TOTAL	1.596	337

Fonte: Taunay: História do Café no Brasil -1945

Taunay (1945, p. 358) destaca que, desses 1.596 escravos adultos, 835 eram mulheres e entre os 336 ingênuos eram 193 “raparigas”. Chama a atenção, em relação aos ingênuos, que, muitas vezes, os senhores burlavam a lei, uma vez que, após 1871, essas crianças eram legalmente livres. Em 1887, o *Cidade do Rio*, um dos principais jornais alinhados com a abolição, denunciava, sob o título *Venda de Ingênuos*,¹⁰ a vergonhosa e ilegal negociação, feita no cartório do tabelião Francisco Manoel da Cunha Junior, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, entre Antonio Leopoldo da Silva Campista e d. Presciliana Jovita de Moraes Vidal e Pedro Affonso dos Santos. A escritura era da “venda”, feita em 28 de novembro de 1885, dos serviços dos ingênuos

⁹ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, Sessão de 29 de setembro de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C. p. 97

¹⁰ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1887, p.1.



Firmino, preto, de sete a oito anos, Balbina, preta, de seis anos, e Felicia, de dois anos e meio, até a maioridade. As crianças eram filhas da ex-escrava Jacintha, libertada pelo primeiro outorgante (Campista), com a condição de servir à segunda (d. Presciliana) até 14 de abril de 1889, conforme uma escritura passada em Macacu. O periódico fez uma crítica à transação:

Os doutores da escravidão podem ter sustentado que os serviços dos ingênuos, que acompanham as mães escravizadas, e os dos libertos condicionaes constituem objecto de transacção. O que nunca (ilegível), em duvida é que os menores de oito annos, como na hypothese dessa escriptura, são entregues as suas mães, quando estas obtem liberdade, e ficam sujeitos a legislação comum, como os filhos dos *senhores*. Si na Capital do Imperio, às barbas do governo e dos juizes, Há um official publico que, infringindo o seu regimento, lança em seu livro de notas uma transacção manifestamente contraria à lei expressa, um contrato immoral, como o que denunciamos, imagina-se o que não irá pelos distritos ruraes, por essas fazendas de matto dentro, nas quaes não penetra o olho da justiça.¹¹

A escritura foi uma violação da lei, uma vez que as crianças haviam nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre, que, no entanto, havia deixado brechas para tal situação, uma vez que, como medida compensatória, pelo 1º parágrafo, os menores ficavam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, que eram obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Quando o menor atingisse essa idade, o senhor tinha a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de se utilizar dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. Portanto, os ingênuos significavam um projeto de futura mão de obra e, sobre eles, os dados apontam que, em 1878, havia 4.175 matriculados em Cantagalo.¹² Além dessa presença de ingênuos, o município possuía, em 1880, uma população constituída de 12.648 livres para 23.679 escravos matriculados. Ou seja, havia o dobro de escravos em relação à população livre, e devemos considerar que, entre livres, também deveriam constar pessoas negras.

Taunay relata que, no ano de 1883, Cantagalo tinha um total de 21.621 escravos, só perdendo para Campos, com 29.387, e para Valença, com 25.344. Muitos desses escravizados haviam sido adquiridos através do tráfico interprovincial, ou de revenda

¹¹ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1887, p.1.

¹² ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880. p.88.



locais, como, por exemplo, a compra de Claudino, concretizada em Cabo Frio, pelo capitão José Lopes Martins, que havia organizado as homenagens a d. Pedro II em Cantagalo:

Saibão quantos este instrumento de escriptura de compra e venda virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Fls. 49 v de mil oitocentos e setenta e seis, aos vinte sete dias do mez de Março do dito anno, n'esta Cidade de Cabofrio, em meu cartório compareceram o Doutor Carlos Thomaz d'Almeida, morador n'esta Cidade, procurador bastante da vendedora Dona Gertrudes d'Almeida Ferraz de Alves, moradora na Corte, como fez certo pela procuração que apresentou e fica registrada no actual livro de registro d'este cartório, e Manoel José de Sousa Vieira, morador no Município d'Araruama, representada, digo Araruama procurador do comprador José Lopes Martins, como também fez certo pela procuração que apresentou, e fica igualmente registrada no mesmo livro; os procuradores reconhecidos pelos próprios das duas testemunhas adiante nomeadas e assignadas, perante, digo assignadas, e de mim Tabellião, do que dou fé, e pelo procurador da vendedora, perante as testemunhas foi dito, que sua constituente era Senhora de um escravo de nome Claudino, congo de cor preta, com quarenta e cinco annos de idade, solteiro, de serviço de roça, que ella o possuía livre de qualquer ônus, e tratou com o comprador Capitão José Lopes Martins, morador em Cantagalho vender-lhe o dito escravo, e de facto o vendeo, pelo preço e quantia de oitocentos mil reis, que já recebo em moeda corrente, ficando á cargo do comprador o pagamento dos direitos nacionaes.¹³

Desse modo, o elevado índice de cativos era motivo de receios e, provavelmente, os eleitores e autoridades cantagalenses tinham especial atenção em relação ao tema.

AS TENSÕES DO CATIVEIRO

Nos registros de obitos, em Cantagalo, chama também a atenção o elevado índice de crianças falecidas nos primeiros meses de vida. Provavelmente, resultado das precárias condições de vida dos escravizados que, por conseguinte, atingiam seus filhos: a dura jornada de trabalho imposta aos cativos estendia-se do alvorecer até o anoitecer. Tradicionalmente, os escravos, rurais ou urbanos, tinham os dias santos e os domingos como dias livres. Muitos usaram esse tempo livre para trabalharem por conta própria e

¹³ Livro 5 de Registro de Escravos, 1872. Escripura de venda de um escravo de nome Claudino que faz Dona Gertrudes d'Almeida Ferraz d'Alves pela quantia de 800.000. Disponível em: <http://www.paleografia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=47>. Acesso em 16 de dezembro de 2014.



formarem um capital na tentativa de comprarem a liberdade. Esse aspecto também mereceu algumas considerações de Burmeister, que admitiu ter discutido bastante o assunto com Jacob Van Erven, e afirmou:

Há exemplos de suicídios de escravos aos quais seus senhores negaram a alforria mediante pagamento, que podiam realizar. Deve constituir um sentimento mais do que aflitivo o de ser escravo de alguém, principalmente quando se dispõe dos meios necessários para adquirir a liberdade. Nesta situação, muitos escravos procuram molestar seus donos, na esperança de que estes os passem a outrem que lhes dê tratamento mais suave. Se pensarmos no esforço sobre-humano de um escravo que, com o seu trabalho dominical, consegue economizar a importância de 600 a 800 mil réis, soma necessária para o resgate, e se pensarmos que o simples capricho de um indivíduo lhe tolheu a realização de todo o seu sonho, poderemos então compreender o estado de alma em que deve ficar o pobre ente (BURMEISTER, 1980, p.157).

Menos surpreendente foi a conclusão que chegou, após as conversas com Von Erben, sobre os “perigos” que representavam essa massa escrava que: “num conflito interno, os escravos teriam, naturalmente, muita influência no desenrolar dos acontecimentos e a vantagem da população mestiça seria manifesta, pois o preto sente-se sempre mais ligado a essa que ao homem branco” (Burmeister, 1980, p.158). Esse “detalhe” foi bastante observado pelas autoridades brasileiras, no período pré e pós-abolição, criando medidas de controle sobre essa “onda negra”.

As vendas, com a perda de vínculos familiares, eram uma das muitas dificuldades enfrentadas pela população cativa. De maneira geral, as condições do cativeiro estabeleciam situações conflitantes entre senhores e escravizados, que iam desde assassinatos e suicídios até formação de quilombos. Flávio Gomes analisa, que “as sociedades escravistas conheceram diversas formas de resistência, destacando-se as fugas individuais e as comunidades de fugitivos” (Gomes, 2018, p. 367). Assim, podemos refletir que suicídios e assassinatos também representaram formas extremas de resistência.

Em Cantagalo, nos últimos anos do cativeiro, assim como em outras regiões do Império, o clima era tenso e provocaram situações como as seguintes: Francisco, pertencente a Antonio Candido Vieira, foi morto a foïçadas; o escravo Firmo tentou matar seu proprietário, o fazendeiro Joaquim Pires Velloso; no lugar denominado Quilombo, sete escravos da fazenda de Francisco Alves de Mello, tentaram contra a



vida do feitor José Marques de Miranda.¹⁴ Os crimes ocorriam também entre cativos e livres. Assim, Emilio foi morto a canivetadas, por José, escravo de d. Maria Joaquina Soares, que foi condenado às galés perpétuas; o escravo Zacharias, de propriedade de Antonio da Silva Santos, espancou barbaramente o africano livre conhecido por Pai Antonio. Outros casos envolviam feitores: na propriedade de Manoel Francisco Alípio, o feitor, João Luiz da Fonseca, ao fechar a porta da senzala, recebeu dois tiros de “chumbo grosso”, um na perna direita e outro no rosto.¹⁵ O fato de o feitor ser também um escravo não impedia confrontos como o que ocorreu na fazenda S. Lourenço, de propriedade de Alexandre José dos Reis, em que o escravo Justino, o capataz, foi morto a pauladas pelos escravos Candido e André.¹⁶

Entre os inúmeros casos de tentativas e assassinatos de escravos, na década de 1880, em Cantagalo, um foi cometido a mando do poderoso fazendeiro capitão José Lopes Martins, que determinou o assassinato do escravo João e tentativas contra os escravos José e Bernabé, executado por Joaquim Antonio de Queiroz e Antonio Carreira de Resende. Todos os envolvidos foram pronunciados: Queiroz por assassinato, Resende por assassinato e tentativa contra José e o capitão Martins como mandante. Mesmo com todas as provas contra os acusados, eles foram absolvidos pelo júri¹⁷. Entretanto, em 1881, na Fazenda de S. Domingos, de propriedade do capitão João Lopes Martins, o escravo Felisberto assassinou o empregado José Ferreira e foi condenado. Nos casos de assassinatos, praticados por senhores contra escravos, a atuação da justiça foi, na grande maioria das vezes, cerceada pelo poder dos autores dos crimes. Um caso ocorrido em Santa Maria Madalena, desmembrada de Cantagalo desde 1862, ganhou repercussão em toda a província do Rio de Janeiro: na fazenda Bonança, do médico Davino Frederico de Carvalho e Silva, em 9 de outubro de 1887:

Foram assassinados quatro homens libertos que tinham de prestar serviço ao doutor por mais um ano. Como se houvessem ausentado para a casa do sogro do

¹⁴ RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1883. p.13

¹⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sexta legislatura em 8 de agosto de 1886 pelo presidente, dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1886. S1.9

¹⁶ Idem, ibidem, S1.15.

¹⁷ RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1880 pelo presidente, dr. João Marcellino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1880. p.S1.6



mesmo doutor, este os mandou buscar, com auxílio da polícia, algemados, e, quando os apanhou em casa, mandou-os surrar, do que resultou falecerem três, logo após os castigos bárbaros, e o quarto no fim de alguns dias.¹⁸

Embora os boatos do ocorrido tivessem se espalhado, a polícia local só começou as averiguações quando dois escravos, da fazenda de Davino, fugiram e foram à polícia fazer a denúncia. Na chegada ao local, os policiais ainda encontraram Pedro Pequeno, de 15 anos, agonizando, e os cadáveres de Estevão Carioca, Julio, maior de 65 anos, e Pedro Bahia, liberto condicionado, enterrados nas fazendas de Davino. A indignação tomou conta da cidade: o administrador Rufino e o feitor Noé Congo foram presos. Davino conseguiu, com a ajuda de outros poderosos fazendeiros, escapar para a Corte. Apesar de todas as provas contra os acusados, a maioria da população não acreditava, na cidade, que a justiça prevaleceria, devido às importantes ligações políticas do fazendeiro, especialmente com o senador Paulino José Soares de Sousa.

No decorrer do inquérito, foi esclarecido que oito escravos, entre eles quatro ingênuos, haviam fugido para a casa do sogro de Davino, Jesuino Pereira de Castro, com quem o acusado não mantinha boas relações. Aos serem capturados por Davino, foram todos colocados no tronco e torturados. Durante a noite, os quatro menores foram libertados do tronco e açoitados barbaramente, sendo que um deles, Manoel, ficou com as costas toda “retalhada”. Os outros quatro cativos foram, com extrema crueldade, torturados durante três dias. Os laudos dos exames cadavéricos, publicados na íntegra pelos jornais, chocam pelas terríveis brutalidades impostas aos infelizes, e as narrativas chamavam a atenção para o fato de que Davino era um “homem de cor”, o que poderia possibilitar uma solidariedade em relação à sorte de outros “homens de cor”.

Contudo, a indignação popular e a forte campanha feita pela imprensa, especialmente a ligada aos setores abolicionistas, foi fundamental para a prisão de Davino. Porém, ele ficou no xadrez especial da Secretaria da Polícia da Corte, com regalias, recebendo as visitas de parlamentares, e seu interrogatório ocorreu em segredo de justiça. A estratégia de defesa foi de isentar o acusado, afirmando que ele não tinha participação no crime, culpabilizando o capataz Noé Congo e o administrador Rufino. A chegada do réu em Santa Maria Madalena provocou tumultos, e vários fazendeiros, acompanhados de capangas, decidiram soltar o preso, o que só não aconteceu, porque o

¹⁸ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1887, p. 1.



próprio acusado ficou com receio de sair da cadeia diante da reação popular. O juiz municipal, que, enfrentando a coação de poderosos, procurava manter o processo em legalidade, foi destituído do caso e substituído por um juiz leigo, escolhido entre os fazendeiros locais, que concedeu imediatamente *habeas corpus* em favor de Davino, deixando o administrador Rufino e o capataz Noé Congo presos.

O processo contra o fazendeiro de Cantagalo foi sendo postergado, e a imprensa denunciava que o objetivo era inocentá-lo. A tática utilizada para a absolvição do fazendeiro foi comum nas últimas décadas oitocentistas: “o corpo de jurados escolhia-se seguindo princípios que levavam em conta a representação social dos indivíduos de sorte que, em sua maioria, era recrutado entre os fazendeiros proprietários de terras” (Costa, 1998, p. 349). Após o julgamento, o dr. Davino continuou vivendo em sua fazenda e, em 1893, foi nomeado capitão cirurgião do 10º Batalhão de Infantaria de Santa Maria Magdalena¹⁹.

Podemos compreender o resultado do “caso Davino” como conjunção entre setores daqueles que não apoiavam medidas contra o regime escravista — desde as leis do Ventre Livre, Sexagenários e contra o uso do açoite — e atuavam em favor dos escravagistas. O crescimento de crimes envolvendo senhores e escravos ocorreu em um período que a abolição era eminente e encontrava a resistência dos produtores de café, uma vez que significava, além da perda do patrimônio, colocar em risco a colheita da safra por falta de mão de obra.

O *Cidade do Rio*, comentando o caso de Davino, destaca que Antonio Prado, na época ministro da Agricultura, havia declarado que o fim do uso do açoite não prejudicaria a disciplina nas fazendas e concluiu: “por outro lado, S. Ex fez acreditar aos fazendeiros que elles podiam continuar a inflingir os bárbaros castigos que ensanguentam a história da escravidão”.²⁰ Queiroz (1975), analisando o “mito da brandura” na relação senhor-escravo, afirma que o assunto envolve uma série de pressupostos: o de relações amigáveis entre senhores e escravos, o da boa índole geral do grupo escravocrata, o da fidelidade, submissão e também inferioridade do escravo negro. De tais pressupostos, surgiriam decorrências como a ideia da ausência de tensões: “A escravidão só poderia ter êxito, se baseada em relações que compreendiam

¹⁹ *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1893, p.4.382.

²⁰ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1887, p.1.



dominação total de um grupo e subordinação integral de outro, decorrendo daí o seu caráter coercitivo, repressivo e conseqüentemente violento. De outra forma, como manter grande número de homens sob o domínio de poucos? ” (Queiroz, 1975, p. 455). De acordo com a autora: “a instituição foi, como não poderia deixar de ser dada a natureza com que se estabeleceu, cruel e violenta. Brandura? Um mito” (Queiroz, 1975, p. 482). Na prática, mesmo com a lei aprovada em 1886, era comum que os escravos fossem açoitados como ocorreu na fazenda de Davino. Como analisa Emilia Viotti, “o interesse do grupo raramente permitia que os ideais humanitários prevalecessem e impedia mesmo a ação da justiça” (Costa, 1998, p. 349).

Entretanto, em relação à lavoura cafeeira, em Cantagalo e áreas limítrofes, havia, já no início da década de 1880, sinais de que o pior estava por vir. Em 1879, as fazendas começaram a ser atacadas pelo que passou a ser conhecido como a “praga de Cantagalo”, provocada pela propagação de um verme nematoide, que destruiu grande parte da safra. Segundo Taunay, em 1885, o ministro Antonio Prado solicitou ao Museu Nacional providências para um estudo do “flagelo que ameaçava arruinar a lavoura cafeeira das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” (Taunay, 1945, p. 358). Emilio Goeldi após estudar, de agosto de 1886 a novembro de 1887, regiões como Monte Verde, Itaocara, Miracema, Macuco, Cantagalo e S. Fidelis, apresentou um relatório identificando o verme. Entretanto, não havia como recuperar os estragos. Esses problemas se associaram com a questão da mão de obra para as lavouras. Louis Couty escreveu em 1884,

Em todos os lados, neste vale do Paraíba, vale da escravatura e das grandes fazendas, se formam associações, em Rezende, em Barra Mansa, São Fidelis, em Valença, em Cantagalo, por toda a parte. De todos os lados, o mesmo grito se levanta: a situação é grave; já condenada pela lei libertadora de 1871, o antigo edifício econômico desmorona; é preciso tentar alguma coisa que impeça o esmagamento, na queda, dos produtores atuais, que não têm tempo de modificar sua mão de obra e seu modo de exploração (COUTY, 1984, p. 388)

Muitos fazendeiros usaram a estratégia de libertarem seus escravos, com a condição que trabalhassem para eles durante certo tempo. Essa também foi a tática do capitão José Lopes Martins para enfrentar a abolição e a possível debandada geral em



suas propriedades cantagalenses: libertou cinquenta escravos, sob a condição de que eles, recebendo salários, fizessem a colheita daquela safra.²¹

No pós- emancipação, muitos senhores mantinham os libertos trabalhando apenas na época da colheita da safra. Assim, para muitos dos antigos cativos surgiram “reinvenções e ressignificações do viver coletivo e individual decorrentes da opressão e da exclusão com vistas a potencializá-las no enfrentamento do racismo” (Marcelino, 2020, p.454). Por outro lado, com o agravamento da crise cafeeira, os fazendeiros também tentaram outras soluções:

Com muito interesse será observado o resultado dos esforços dos fazendeiros do estado do Rio de Janeiro para estabelecer este estado na posição proeminente que sempre ocupou no comércio do café. O governo do estado não tem duvidado em emprestar o seu credito aos fazendeiros que parecem dispostos a fundir diversas fazendas em uma só empresa, e a Companhia Nova Era Rural do Brasil, com um capital de 25.000,000\$, é o resultado desta nova orientação dos fazendeiros. Assim sejam os resultados prontos e favoráveis, pois ninguém pôde observar a decadência da ex-provincia do Rio de Janeiro sem constanger-se-lhe o coração.²²

Entre as propriedades que faziam parte da Companhia Nova Era Rural do Brasil, estavam as do barão de Nova Friburgo e de Francisco Clemente Pinto. Porém, a criação da Companhia não apresentou os resultados esperados. Em 1897 várias fazendas foram a leilão e a decadência que se abateu sobre o antigo Vale do Café e da Escravatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1950, p. 200), analisando dados apresentados por Sergio Milliet, para as lavouras cafeeiras fluminenses, o período de 1850 a 1888 pode ser dividido em duas partes: a primeira de um pleno dinamismo, com o ápice no ano de 1875, quando a colheita de 2.737.639 arrobas, correspondia a 77,4% da produção total de café daquele ano. A partir desse período, a prosperidade foi

²¹ *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1888, p.2.

²² *Jornal do Comercio*, Retrospecto de 1890, Rio de Janeiro, 1991, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=180688&pesq=Companhia%20Nova%20Era%20Rural&pasta=ano%20189>> Acesso em 15 de maio de 2015.



mantida, no entanto, a terra começava a apresentar os sinais da intensa exploração e a produção começou a decrescer para, em 1886, chegar ao declínio.

A decadência das grandes fazendas de café, no interior fluminense, foi determinante na vida daqueles que ali vivenciaram o cativo. A partir de 1888, com a emancipação, possibilitou, para aqueles que permaneceram naquelas localidades, o surgimento de “campesinato itinerante, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e o uso comum do território” (Gomes, 2018, p. 373).

Desse modo, em Cantagalo, a decadência das lavouras cafeeiras, seguida da abolição da escravatura, significou, para aqueles que vivenciaram o cativo naquelas terras, a busca de novas formas de vida. Muitos migraram para a capital da República. Entretanto, para o ex-escravizado, a liberdade representava muito mais do que se inserir como trabalhador livre. Era a tentativa de determinar sua vida a partir de seus valores individuais.



FONTES

Livro 5 de Registro de Escravos, 1872. *Escreitura de venda de um escravo de nome Claudino que faz Dona Gertrudes d'Almeida Ferraz d'Alves pela quantia de 800.000*. Disponível em: <http://www.paleografia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=47>. Acesso em 16 de dezembro de 2014.

Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo, nº 2, 1855-1883.

Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-CAN), *Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo*, registro nº 20, 1873.

Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-CAN), *Livro de Óbitos de Pessoas cativas na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Cantagalo*, nº 31, 1873.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880.

ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, Sessão de 29 de setembro de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1883.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na Sessão extraordinária pelo presidente, desembargador Diogo Teixeira de Macedo, 2 de abril de 1870. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sexta legislatura em 8 de agosto de 1886 pelo presidente, dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1886.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1880 pelo presidente, dr. João Marcellino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1880

PERIÓDICOS

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1887

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1887

Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1893

Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1888

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1897

Novidades, Rio de Janeiro, 7 de março de 1891.



Jornal do Comercio, Retrospecto de 1890, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=180688&pesq=Companhia%20Nova%20Era%20Rural&pasta=ano%20189> . Acessado em 15 de maio de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Keith. Escravidão, medicina e doenças: investigando sociabilidades escravas nas plantations cafeeiras de Cantagalo, século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., Natal, 2013. *Anais...* Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364650193_ARQUIVO_KeithBarbosa_ANPUH.pdf. Acessado em 10 de junho de 2015.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980
- COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Ed. da Unesp, 1998.
- COUTY, Louis. *O Brasil em 1884 - esboços sociológicos*. Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa; MEC, 1984
- GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/ Remanescentes de Quilombos. In: GOMES, Flávio e SCHWARCZ, Lilia (Orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MATTOS, Hebe. Os últimos cativos no processo de abolição. *Anais da Biblioteca Nacional*, v.116, ano 1996, 1999, p.104-122.
- MARCELINO, Jonathan. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. *Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 12 (ed. Esp.), 2020, p. 435-457. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/871>. Acessado em 14 de junho de 2020.
- MOREIRA, João Baptista. *Apologia perante o governo de sua Magestade Fidelissima*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1862.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. *Revista de História (USP)*, nº 2, 1950, p.195-218.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade. *Revista de História (USP)*, v. 103, n. 103, 1975, p. 443-482.
- SLENES, Robert, “Malungu, ngoma vem! A África Coberta e Descoberta do Brasil”, *Revista da USP*, nº. 12, dez 1991/fev 1992, p.48-67.



TAUNAY, Afonso de E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. Vol. 8, No Brasil Imperial (1872-1889)

Recebido 03/07/2020

Aprovado em 22/07/2020